

1 de Julho, no período de 1 de Janeiro a 30 de Junho de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

1 de Junho de 2005. — O Presidente do Conselho Directivo, *Paulo Jorge Morais Alexandre*.

Despacho n.º 13 445/2005 (2.ª série). — *Acesso ao 2.º ciclo do curso de licenciatura bietápica em Cinema, ramos de Argumento, Produção e Realização.* — Por despacho de 30 de Maio de 2005 do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa, proferido nos termos do disposto no artigo 24.º do Regulamento Geral dos Cursos Bietápicos de Licenciatura das Escolas de Ensino Superior Politécnico, aprovado pela Portaria n.º 413-A/98, de 17 de Julho, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Portaria n.º 533-A/99, de 22 de Julho, os prazos para a candidatura, selecção, seriação, matrícula e inscrição para o acesso ao 2.º ciclo da licenciatura bietápica em Cinema, ramos de Argumento, Produção e Realização, ministrada pela Escola Superior de Teatro e Cinema do Instituto Politécnico de Lisboa, de candidatos abrangidos pela alínea b) do n.º 1 do artigo 13.º do mesmo Regulamento são os constantes do calendário seguinte:

Afixação do edital — até 6 de Junho de 2005;
Apresentação de candidatura — de 6 de Junho a 5 de Julho de 2005;
Afixação da lista de candidaturas admitidas ou admitidas condicionalmente — 22 de Julho de 2005;
Seleção e seriação — até 7 de Outubro de 2005;
Afixação dos resultados — 10 de Outubro de 2005;
Reclamações — 11 de Outubro de 2005, até às 12 horas;
Afixação dos resultados finais — 12 de Outubro de 2005;
Matrículas e inscrições — 13 e 14 de Outubro de 2005.

6 de Junho de 2005. — O Presidente do Conselho Directivo, *Paulo Jorge Morais Alexandre*.

Instituto Superior de Contabilidade e Administração

Despacho (extracto) n.º 13 446/2005 (2.ª série). — Por despacho de 27 de Abril de 2005 do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa, foi autorizada a renovação do contrato administrativo de provimento para exercer funções de equiparado a assistente do 2.º triénio além do quadro deste Instituto, em regime de tempo parcial (50%), por urgente conveniência de serviço, por um biénio, com efeitos a partir de 20 de Junho de 2005 e até 19 de Junho de 2007, do licenciado Jorge Eduardo Beltrão Rodrigues. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

31 de Maio de 2005. — O Presidente do Conselho Directivo, *Júlio César Ferrolho*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DA SAÚDE DE LISBOA

Escola Superior de Enfermagem de Calouste Gulbenkian de Lisboa

Aviso n.º 6068/2005 (2.ª série). — *Concurso interno geral de ingresso para o provimento de uma vaga na categoria de telefonista.* — 1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, torna-se público que, por despacho da presidente do conselho directivo da Escola Superior de Enfermagem de Calouste Gulbenkian de Lisboa de 18 de Maio de 2005, se encontra aberto concurso interno geral de ingresso para o preenchimento de uma vaga de telefonista da carreira de telefonista do grupo de pessoal auxiliar do quadro de pessoal desta Escola, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 151/88, de 28 de Abril, posteriormente alterado pela Portaria n.º 275/99, de 15 de Abril, pelo prazo de 10 dias úteis contados a partir da data da publicação do presente aviso de abertura no *Diário da República*.

2 — Local de trabalho e vencimento — o local de trabalho é na Escola Superior de Enfermagem de Calouste Gulbenkian de Lisboa, sita na Avenida do Professor Egas Moniz, 1600-190 Lisboa, e o vencimento é o correspondente ao índice e escalão a que, nos termos da aplicação do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 353-A/89, de 16 de Outubro, e 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, o funcionário tenha direito. As regalias sociais e condições de trabalho são as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública.

3 — Prazo de validade — o concurso visa exclusivamente o preenchimento da vaga posta a concurso, esgotando-se com o seu preenchimento.

4 — Conteúdo funcional — as tarefas consistem na recepção de chamadas telefónicas, no estabelecimento de ligações telefónicas com

o exterior e encaminhamento das mesmas, na transmissão interna de mensagens através de equipamentos existentes, na prestação de informações e, ainda, na execução de tarefas simples. Compete-lhe, também, efectuar o registo do movimento de chamadas e as respectivas anotações e a conservação do material à sua guarda, assim como a participação de eventuais anomalias de equipamento.

5 — Legislação aplicável — o presente concurso rege-se pelas disposições legais contidas nos Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, 231/92, de 21 de Outubro, 248/85, de 15 de Julho, 427/89, de 7 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, 353-A/89, de 16 de Outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, e 442/91, de 15 de Novembro, alterado pela Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro.

6 — Requisitos gerais e especiais de admissão ao concurso:

6.1 — Requisitos gerais — ser funcionário ou agente e estar nas condições previstas no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

6.2 — Requisitos especiais — encontrar-se nas condições previstas na alínea c) do n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.

7 — Métodos de selecção:

- a) Prova de conhecimentos gerais;
- b) Entrevista profissional de selecção.

7.1 — A prova de conhecimentos gerais será escrita, com a duração de uma hora, e é efectuada com base no programa aprovado pelo despacho n.º 13 381/99 (2.ª série), de 1 de Julho, do director-geral da Direcção-Geral da Administração Pública, e publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 162, de 14 de Julho de 1999.

7.2 — A legislação necessária à realização da prova de conhecimentos gerais consta do anexo I.

7.3 — A entrevista profissional de selecção visa avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos por comparação com o perfil das exigências da função.

7.4 — A classificação final dos candidatos resultará da média aritmética ponderada das classificações obtidas em cada um dos métodos de selecção e será expressa na escala de 0 a 20 valores, considerando-se excluídos os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores, conforme o estipulado no n.º 1 do artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

7.5 — Os factores de apreciação e ponderação a considerar na entrevista, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de acta de reunião do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

7.6 — Os candidatos admitidos serão notificados com a devida antecedência da data, da hora e do local da realização das provas.

8 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido à presidente do conselho directivo da Escola Superior de Enfermagem de Calouste Gulbenkian de Lisboa, elaborado de acordo com as instruções e minuta referidas nos n.ºs 8.1 e 8.2, respectivamente, e entregue nos Serviços Administrativos, na Avenida do Professor Egas Moniz, 1600-190 Lisboa, durante as horas normais de expediente e até ao último dia do prazo estabelecido neste aviso, ou remetido pelo correio, registado com aviso de recepção, considerando-se, neste último caso, apresentado dentro do prazo legal se registado até ao último dia do prazo do concurso.

8.1 — Instruções para o preenchimento do requerimento — deve de inscrever sempre no início de cada uma das linhas as palavras que antecedem as diversas situações. Exemplo:

Nome: Maria A. . . .
Nacionalidade: portuguesa.

8.2 — Minuta do requerimento:

Ex.^{ma} Sr.^a Presidente do Conselho Directivo da Escola Superior de Enfermagem de Calouste Gulbenkian de Lisboa:

Nome: . . .
Data de nascimento: . . .
Nacionalidade: . . .
Número, data, serviço emissor do bilhete de identidade e validade: . . .
Habilitações literárias: . . .
Morada e código postal: . . .
Telefone: . . .

vem solicitar a V. Ex.^a se digne a admiti-lo(a) ao seguinte concurso:

Referência: . . .
Categoria: . . .
Organismo: . . .

Mais declara, sob compromisso de honra, satisfazer os requisitos gerais de admissão a concurso e de provimento em funções públicas previstos no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

... (data e assinatura).

8.3 — Os requerimentos deverão ser acompanhados, sob pena de exclusão, da seguinte documentação:

- a) Fotocópia do bilhete de identidade;
- b) Certificado das habilitações literárias;
- c) Certificado do serviço militar ou de serviço cívico;
- d) Declaração, devidamente autenticada, emitida pelo serviço de origem, da qual constem, de forma inequívoca, a existência e a natureza do vínculo à função pública e a antiguidade na carreira, na actual categoria e na função pública;
- e) Três exemplares do *curriculum vitae*, devidamente datados e assinados.

9 — O júri poderá exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida relativamente à situação que descreveu, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

10 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

11 — As listas dos candidatos admitidos e excluídos e de classificação final serão publicitadas nos termos dos artigos 33.º, 34.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

12 — Composição do júri:

Presidente — Maria da Graça Alves Carvalho, tesoureira.

Vogais efectivos:

- 1.º Ana Cristina Raimundo dos Santos Marques, assistente administrativa principal.
- 2.º Maria Júlia da Silva Branco, telefonista.

Vogais suplentes:

- 1.º José Manuel Rito Coruchinho, encarregado de sector.
- 2.º Maria da Graça Vieira Cardoso, encarregada de serviços gerais.

13 — Todos os elementos do júri pertencem ao quadro da Escola Superior de Enfermagem de Calouste Gulbenkian de Lisboa.

14 — O presidente será substituído nas suas faltas ou impedimentos pelo 1.º vogal efectivo.

15 — Menção a que se refere o despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março: «Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

31 de Maio de 2005. — A Vice-Presidente do Conselho Directivo, *Elcínia Marques Gonçalves*.

ANEXO I

Programa da prova de conhecimentos gerais:

- a) Conhecimentos ao nível das habilitações exigidas para o ingresso na respectiva carreira, fazendo apelo aos conhecimentos adquiridos no âmbito escolar, designadamente nas áreas de português e de matemática, e aos resultados da vivência do cidadão comum;
- b) Regime de férias, faltas e licenças;
- c) Estatuto remuneratório dos funcionários e agentes da Administração Pública;
- d) Estatuto disciplinar dos funcionários e agentes da Administração Pública;
- e) Atribuições e competências próprias do serviço para o qual é aberto o concurso.

Legislação:

- a) Direitos e deveres da função pública:

Regime de férias, faltas e licenças — Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, alterado pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto;

Estatuto remuneratório dos funcionários e agentes da Administração Pública — Decretos-Leis n.ºs 353-A/89, de 16 de Outubro, e 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho;

Estatuto disciplinar dos funcionários e agentes da Administração Pública — Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro;

- b) Atribuições e competências próprias da Escola Superior de Enfermagem de Calouste Gulbenkian de Lisboa — Estatutos da Escola Superior de Enfermagem de Calouste Gulbenkian de Lisboa — Despacho Normativo n.º 54/99, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 257, de 4 de Novembro de 1999.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE

Rectificação n.º 1047/2005. — Por ter saído com inexactidão, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 104, de 31 de Maio de 2005, o aviso n.º 5509/2005 (2.ª série), a que corresponde a equiparação a bolsheiro fora do País da professora-adjunta Maria José das Dores Martins, da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre, rectifica-se que, na epígrafe, onde se lê «Escola Superior de Tecnologia e Gestão» deve ler-se «Escola Superior de Educação».

1 de Junho de 2005. — O Administrador, *Joaquim António Belchior Mourato*.

Escola Superior Agrária de Elvas

Aviso n.º 6069/2005 (2.ª série):

Agustin Maldonado Gallego — autorizada a renovação do contrato como equiparado a professor-adjunto, na 67.ª reunião do conselho científico da Escola Superior Agrária de Elvas, de 6 de Abril de 2005, nos termos do despacho n.º 20 729/2004 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 237, de 8 de Outubro de 2004, conjugado com a Lei n.º 54/90, de 15 de Setembro, e a alínea h) do Despacho Normativo n.º 35/95, de 20 de Julho, e ao abrigo do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, em regime de pessoal especialmente contratado, tempo parcial (20%), para o exercício de funções docentes na Escola Superior Agrária de Elvas, com efeitos a partir de 1 de Novembro de 2005, no biénio de 2005-2007. (Isento de visto prévio do Tribunal de Contas.)

17 de Maio de 2005. — O Presidente, *Nuno Manuel Grilo de Oliveira*.

Aviso n.º 6070/2005 (2.ª série):

Luís Alcino Pinto Monteiro da Conceição — autorizada a renovação do contrato como equiparado a professor-adjunto, na 67.ª reunião do conselho científico da Escola Superior Agrária de Elvas, de 6 de Abril de 2005, nos termos do despacho n.º 20 729/2004 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 237, de 8 de Outubro de 2004, conjugado com a Lei n.º 54/90, de 15 de Setembro, e a alínea h) do Despacho Normativo n.º 35/95, de 20 de Julho, e ao abrigo do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, em regime de pessoal especialmente contratado, tempo parcial (100%), para o exercício de funções docentes na Escola Superior Agrária de Elvas, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2005 pelo biénio de 2005-2007. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

17 de Maio de 2005. — O Presidente, *Nuno Manuel Grilo de Oliveira*.

Aviso n.º 6071/2005 (2.ª série):

Fernando Jorge Ribeiro da Mata — autorizada a renovação do contrato como equiparado a professor-adjunto, na 67.ª reunião do conselho científico da Escola Superior Agrária de Elvas, de 6 de Abril de 2005, nos termos do despacho n.º 20 729/2004 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 237, de 8 de Outubro de 2004, conjugado com a Lei n.º 54/90, de 15 de Setembro, e a alínea h) do Despacho Normativo n.º 35/95, de 20 de Julho, e ao abrigo do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, em regime de pessoal especialmente contratado, tempo parcial (30%), para o exercício de funções docentes na Escola Superior Agrária de Elvas, com efeitos a partir de 2 de Setembro de 2005 pelo biénio de 2005-2007. (Isento de visto prévio do Tribunal de Contas.)

17 de Maio de 2005. — O Presidente, *Nuno Manuel Grilo de Oliveira*.

Aviso n.º 6072/2005 (2.ª série):

José Luís Guijarro Merelles — autorizada a renovação do contrato como equiparado a professor-adjunto, na 67.ª reunião do conselho científico da Escola Superior Agrária de Elvas, de 6 de Abril de